

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE
RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO
INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE CINCO
POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO
SUPERIOR PARA A ÁREA FINANCEIRA, DO INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LISBOA**

Prova de Conhecimentos

Esta Prova de Conhecimentos é constituída por dois grupos:

**Grupo I – Enquadramento Geral e Específico - Questões de
Desenvolvimento**

**Grupo II – Enquadramento Geral e Específico - Questões de escolha
múltipla**

Apenas poderá ser consultada a documentação facultada pelo júri.

A prova será imediatamente anulada aos candidatos que tenham na sua
posse outra documentação não autorizada.

Serão facultadas folhas para a resolução da prova, as quais terão a folha de
identificação destacável, a fim de manter o anonimato das mesmas.

Durante a prova, em cima da mesa, apenas poderá ter o presente
enunciado da prova, folhas de resolução da prova, a caneta, a legislação e o
BI/CC.

A prova de conhecimentos tem a duração de 90 minutos.

A prova terá uma escala de 0 a 20.

Boa sorte!

Grupo I (das 6 questões serão sorteadas 2)

Enquadramento Geral e Específico - Questões de Desenvolvimento

Para cada questão não escreva mais de meia página

Cada questão tem um valor de 4 valores.

1. Comente a missão de uma instituição de ensino superior pública portuguesa.
2. Os trabalhadores em funções públicas têm deveres específicos. Comente.
3. Como define a autonomia de uma instituição de ensino superior pública portuguesa.
4. As instituições de ensino superior em Portugal têm várias atribuições. Comente.
5. O IPL oferece uma ampla variedade de cursos de licenciatura, mestrado, doutoramento e pós-graduação em áreas como artes, ciências da saúde, ciências empresariais, comunicação, educação e engenharia. Comente.
6. Comente os critérios de atribuição de autonomia financeira a instituições de ensino superior.

Grupo II (das 18 questões serão sorteadas 6)

Enquadramento Geral e Específico – Questões de Escolha múltipla

Cada questão tem um valor de 2 valores.

Questão 1

A Lei de Enquadramento Orçamental consagra princípios orçamentais tais como:

- a)** Unidade e universalidade;
- b)** Estabilidade orçamental;
- c)** Sustentabilidade das finanças públicas;
- d)** Todas as opções anteriores são verdadeiras;

Questão 2

O preço base estabelecido no Código dos Contratos Públicos, significa:

- a)** O preço a pagar pela entidade adjudicante em resultado da proposta adjudicada;
- b)** O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto;
- c)** Valor máximo do benefício económico que em função do procedimento adotado pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o seu objeto;
- d)** Nenhum dos anteriores.

Questão 3

Selecione a resposta errada.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) revoga os seguintes diplomas:

- a)** Plano Oficial de Contabilidade Pública;
- b)** Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação;
- c)** Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;
- d)** Cadastro e Inventário de Bens do Estado.

Questão 4

O Orçamento de Estado português é estruturado por:

- a)** Programas que se desagregam em Medidas e estas concretizam-se através de Atividades;
- b)** Programas que se desagregam em Atividades e estas concretizam-se através de Medidas;
- c)** Atividades que se desagregam em Programas e estes concretizam-se através de Medidas;
- d)** Medidas que se desagregam em Programas e estes concretizam-se através de Atividades.

Questão 5

A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) refere que:

- a)** O disposto na LEO prevalece sobre todas as normas que estabeleçam regimes orçamentais particulares que a contrariem;
- b)** O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior prevalece sobre a LEO;
- c)** Ambas as opções anteriores são verdadeiras;
- d)** Nenhuma das opções anteriores.

Questão 6

A realização de despesa deve obedecer ao(s) seguinte(s) requisitos:

- a)** Economia, eficiência e eficácia;
- b)** O facto gerador da obrigação respeite as normas legais aplicáveis;
- c)** Disponha de inscrição orçamental no programa e no serviço ou na entidade, tenha cabimento e identifique se os pagamentos se esgotam no ano ou em anos futuros no período previsto para o programa;
- d)** Todas as anteriores.

Questão 7

O controlo orçamental dos organismos públicos:

- a) Será sempre interno, unicamente feito pelo próprio organismo
- b) Será apenas externo e da competência do Tribunal de Contas
- c) Terá um carácter plural: autocontrolo, controlo interno e controlo externo
- d) Dependerá das regras estabelecidas pelo organismo

Questão 8

Qual a ordem cronológica da despesa pública:

- a)** Proposta de aquisição–cabimento–autorização de pagamento–autorização de despesa–compromisso–conferência–processamento–pagamento;
- b)** Proposta de aquisição–cabimento–autorização de despesa–compromisso–conferência–processamento–autorização de pagamento–pagamento;
- c)** Proposta de aquisição–cabimento–processamento–autorização de despesa–conferência–compromisso–autorização de pagamento–pagamento;
- d)** Proposta de aquisição–cabimento–autorização de pagamento–autorização de despesa–compromisso–conferência–processamento–pagamento.

Questão 9

As entidades públicas podem realizar pagamentos em dinheiro:

- a) Seja qual for o montante em causa;
- b) Através do fundo de maneiio/fixo de caixa e apenas quando se trata de despesas urgentes e inadiáveis de pequeno montante;
- c) Apenas para liquidação de dívidas ao Estado;
- d) De acordo com as regras internas estabelecidas, seja qual for o montante em causa.

Questão 10

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) é constituído pelos seguintes subsistemas:

- a) Subsistema de contabilidade orçamental e financeira;
- b) Subsistema de contabilidade pública e financeira;
- c) Subsistema de contabilidade orçamental, financeira e de gestão;
- d) Subsistema de contabilidade pública e orçamental.

Questão 11

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo D.L. n.º 192/2015, é de aplicação obrigatória para:

- a) Todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, segurança social, administração regional e local;
- b) Todos os serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local e empresas públicas;
- c) Todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas;
- d) Todos os serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local e empresas que integrem o setor empresarial público.

Questão 12

A organização das despesas que tem por objetivo especificar os fins das atividades típicas do Estado recebe a designação de classificação:

- a) Funcional;
- b) Orgânica;
- c) Económica;
- d) Fonte de financiamento.

Questão 13

Os documentos associados à contabilidade financeira são:

- a) Balanço, Mapas de Execução Orçamental e Demonstração de Resultados – base acréscimo;
- b) Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de caixa - base caixa;
- c) Balanço e Demonstração de Resultados, Fluxos de caixa – base acréscimo;
- d) Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental – base caixa.

Questão 14

Identifique a classificação económica da despesa pública que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar o valor dos honorários do seu Fiscal Único da Entidade.

- a) 02.02.25
- b) 02.02.20
- c) 01.01.02
- d) 01.02.14

Questão 15

Identifique a classificação económica da despesa pública que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar o valor do serviço de segurança.

a) 02.02.18

b) 02.01.21

c) 02.02.20

d) 02.02.25

Questão 16

Sempre que o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) não contemple o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela seguinte ordem as seguintes normas:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor, as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, o SNC e as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- b) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia, as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*;
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 17

Na preparação das demonstrações financeiras é considerada a base do acréscimo. A base do acréscimo significa uma base de contabilidade pela qual:

- a)** Os gastos e os rendimentos são contabilizados quando pagos ou recebidos (quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos);
- b)** Os ativos significam as quantias que a entidade tem de cobrar aos seus clientes e os passivos dizem respeito às dívidas aos bancos e aos fornecedores;
- c)** As transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando é recebido ou pago dinheiro ou seu equivalente.
- d)** Nenhuma das alíneas anteriores.

Questão 18

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), um ativo é:

- a)** Um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros;
- b)** Um recurso que tem de ser propriedade da entidade como resultado de transações passadas e do qual poder-se-á esperar que fluam fluxos de caixa futuros;
- c)** Um bem corpóreo que integra o processo operacional da entidade, contribuindo para a geração de rendimentos futuros;
- d)** Um recurso não controlado pela entidade que poderá gerar obrigações no futuro como resultado de acontecimentos passados.

FIM

